

## **As normalistas no início do século xx em São Luís do Maranhão: ações e mobilizações estudantis**

### **Graduated teachers in the early twentieth century in São Luís of Maranhão: actions and mobilizations of students**

Mary Angélica Costa Tourinho<sup>1</sup>

Diomar das Graças Mota<sup>2</sup>

#### **RESUMO**

Esse artigo analisa e evidencia ações e mobilizações de estudantes da Escola Normal do Maranhão, que construíram diferentes formas de atuação no interior da instituição, nas duas primeiras décadas do século XX em São Luís do Maranhão. Demonstra as possibilidades de iniciativas decorrentes de um contexto onde a instrução assumia grande importância, principalmente para as mulheres.

**Palavras-chave:** Escola Normal, mulheres, normalistas, São Luís do Maranhão.

#### **ABSTRACT**

This article examines and highlights actions and movements of students from the Normal School of Maranhão, which built forms of action within the institutions, in the first two decades of twentieth century in the São Luís of Maranhão. Demonstrate the possibility of initiatives arising from a context where instruction assumed great importance especially for women.

**Keywords:** Normal School, women, usually, São Luís – maranhão.

#### **Introdução**

O início da história das Escolas Normais coligou-se com um contexto de transformações que vislumbravam a formação de

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação pela Universidade Federal do Maranhão.

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela UFF/RJ. Professora Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Educação e do Departamento de Educação II da Universidade Federal do Maranhão- UFMA

um novo homem, a partir do cuidado com a infância desde o lar, e da escolarização adequada. Pensadores como Joseph Lancaster (1778–1838), Pestalozzi (1746–1827), Herbart (1776–1841) e Froebel (1782–1852) são algumas das expressões do desejo de instruir de forma metódica, baseados nas informações que tratavam do comportamento e desenvolvimento físico e intelectual do ser humano naquele contexto.

No Brasil, segundo Villela (2000, p. 100), as perspectivas para efetivação desse processo aconteceram “[...] com o Ato Adicional de 1834 e a política de transferir para as províncias a responsabilidade pela formação de seus quadros docentes [...]”. Ela ainda observa que a criação das escolas normais marcou o processo de institucionalização da profissão docente que no país “[...] teria início a partir das décadas de 30 e 40 do século XIX, com o surgimento das primeiras Escolas Normais Provinciais” (VILLELA, 2000, p. 101).

No Maranhão, a criação da Escola Normal aconteceu após a Proclamação da República, quando foi organizada a “Comissão incumbida da reforma da Instrução Pública” que constatou que o “péssimo estado da instrução primária” resultava da “não obrigatoriedade do ensino e da incapacidade dos professores primários”. A comissão indicou, dentre outras medidas a “Fundação de uma Escola Normal”. (A REPÚBLICA, 1890, p. 2). A indicação nesse sentido foi acatada e através do Decreto n.º 21 de 15 de abril de 1890, Art. 7.º sancionada pelo governador José Tomás de Porciúncula<sup>3</sup>.

O projeto republicano que se configurava tinha um caráter amplo. Pensava-se em conceitos, como povo e nação, procurando-se identificar capacidades e possibilidades de sujeitos sociais, que mesmo já existentes e atuantes sob diversos aspectos, não eram percebidos pelos segmentos dominantes. Agora, essa “massa submersa” era convocada pelo discurso republicano a entrar em sintonia com mudanças, articuladas com novos símbolos do progresso e com os ditames indicadores da função de cada um na sociedade. A educação/

---

<sup>3</sup> Da sua fundação, no ano de 1890 até 1900, a Escola Normal funcionou no mesmo prédio do Liceu Maranhense. O Decreto n. 1 de 11 de abril de 1899, assinado pelo Governador João Gualberto Torreão da Costa, separou o Liceu da Escola Normal. Com a separação esta permaneceu no prédio de n.º 28 da Rua Formosa até a sua desativação em 1914, e o Liceu foi para o Antigo Seminário das Mercês.

instrução das crianças e das mulheres seguindo determinadas modelações era, então, parte desse programa de desenvolvimento proposto para o Brasil.

A instrução acabou nesse contexto, por se constituir em um vetor de novas maneiras do “ser feminina”, sendo bastante útil no propósito de instauração de uma nova ordem. Possibilitou também o alargamento das oportunidades de trabalho para a mulher, e não raro questionou, de forma explícita ou não, consciente ou não, os ditames normativos que formatavam a imagem de fragilidade e dependência feminina em relação ao homem, nos segmentos favorecidos pela instrução. A trajetória das normalistas, no início do século no Maranhão, inseriu-se nesses procedimentos peculiares às primeiras décadas do século XX, que tentava equilibrar os valores tradicionais em meio às mudanças que se processavam nesse período em que os discursos e ações dirigidos às mulheres, principalmente no referente à sua instrução, assumiram grande visibilidade.

Cabia às instituições educacionais como a Escola Normal – que no Maranhão desde o início formou normalistas, em sua maioria mulheres - o reforço de atributos que qualificariam mulheres - com recursos para isso - a viver em sociedade. A erudição, o desenvolvimento dos dotes artísticos e das prendas domésticas, comuns a qualquer instituição de ensino no início do século XX voltada para o público feminino, dividia lugar com o conhecimento das patologias escolares, psicologia infantil, estrutura e dinâmica escolar, metodologias de ensino e antropologia. Em se tratando de mulheres esse conhecimento além do preparo para a docência, garantiria um melhor desempenho da função materna. Porém, antes de ingressarem no mundo profissional ou nas responsabilidades de um lar, como jovens e alunas de uma instituição de ensino, vivenciavam o dia-a-dia da escola, da cidade e de seu tempo, vivenciando sociabilidades inerentes ao meio físico e social que integravam.

E será como alunas(os) que vamos vislumbrar atividades e mobilizações do universo estudantil da Escola Normal do Maranhão nas duas primeiras décadas do século XX, entendendo que essas atividades foram vivenciadas de forma dinâmica e criativa e que,

alunas(os) da instituição, mesmo sendo consumidoras(es) de uma “cultura arbitrária” constituíram formas próprias de assimilação dos produtos a elas(es) impostas(os), utilizando-se da astúcia, da sutileza e de diferentes estratégias (CERTEAU, 2002, p. 79) na vivência do cotidiano escolar e do seu entorno.

Ao acompanhar a trajetória de normalistas no Maranhão temos a compreensão de um comportamento caleidoscópico. Vivenciavam e reproduziam códigos comportamentais explícitos, que se imiscuíam nas relações cotidianas, através de um aparato de poder marcante; absorviam sociabilidades institucionais que se incorporavam ao seu modo de vestir e falar, dentre outros, modelando o “corpo como realidade sexuada e como depositário de princípios e divisão sexualizantes” (BOURDIEU, 2002, p. 18) que vão ser naturalizadas; porém, também, a partir de sua trajetória de vida, recusavam o consumo do instituído tal como fora concebido pelos poderes dominantes (CERTEAU, 2002).

Para o alcance dessas vivências nos valem da análise de documentos oficiais produzidos para e pela Escola Normal, jornais da época, além de entrevistas feitas a normalistas – identificadas pelos pseudônimos Pérola, Esmeralda e Ônix<sup>41</sup> - que se formaram nos anos de 1931, 1940 e 1953, respectivamente.

## 2 Entre sussurros e travessuras

Estudantes vivenciavam a rotina escolar – dentro e fora deste espaço - e estavam articulados com o cotidiano da cidade que ia se modelando com a atmosfera do novo século XX. Em se tratando de mulheres, isso exigia uma maior vigilância dos pais, bem como do corpo técnico e administrativo de uma escola. Estes deveriam estar atentos aos namoros, travessuras e indisciplinas. “Esmeralda”, egressa do internato da Escola Normal Primária, sob direção da prof<sup>a</sup>. Rosa

---

<sup>4</sup> As entrevistas foram concedidas na seguinte ordem de tempo: 1ª. Pérola nos dias 4 e 5 de dezembro de 2007; Esmeralda nos dias 23 e 24 de fevereiro de 2008; e Ônix no dia 27 de fevereiro de 2008. Esses pseudônimos e as datas vão acompanhar os relatos das entrevistadas.

Castro<sup>5</sup> nos relata situações dessa natureza, durante o período em que foi aluna desta instituição

Dona Rosa era só diretora. Era auxiliada pela irmã dona Noêmia e tinha uma grande administradora na época do internato que era Dona Cotinha.

Era tudo separadinho, tudo tinha hora. Dona Cotinha administrava tudo. Lá na frente tinha aquelas grades e bem defronte era o quartel do 24, dos rapazes, e as meninas ficavam de lá... com os soldados... senhora, era uma confusão de Dona Cotinha com essas meninas.

Elas namoravam demais com os soldados. Eu tinha uma colega, Nati, ela era danada, terminou casando com um soldado. (ESMERALDA, 2008).

Assim como o internato, a Escola Normal do Maranhão localizada no centro da cidade<sup>6</sup>, local de grande circulação de pessoas, sofria com as interferências externas permitindo ao corpo discente convivências com o entorno, como nos indica o Ofício n.º 92 de 29 de agosto de 1913 dirigido ao Governador pelo Diretor da Escola Normal Barbosa de Godóis<sup>7</sup>:

Não havendo sido atendido pelos pintores que estiveram trabalhando no gabinete d'esta Directoria, a recomendação que lhe fiz, de collocarem três vidros, aliás, pequenos, nas janellas do mesmo gabinete e da sala contigua, peço-vos a expedição da ordem necessária, afim de que seja feito esses serviços. Os vidros de que trato, foram quebrados no anno último, pelo choque de objectos partidos da rua, por ocasião da estada ali de um grupo de rapazes, que ainda continua a freqüentar o ponto de reunião na esquina fronteira à do prédio d'esta Escola.

Acredito não ter havido propósito n'este facto, pois os factos se verificaram no momento em que os rapazes jogavam uns sobre os outros diferentes objectos, como laranjas descascadas, etc...; mas houve sem dúvida, imprudência, que não estava nas minhas mãos reprimir, assim como, n'este mez ainda não pude evitar que uma professora d'este estabelecimento, ao passar para vir cumprir o seu dever, fosse alcançada por um d'aquelles fructos, jogados naturalmente sem intenção.

<sup>5</sup> Fundada em 31 de março de 1916.

<sup>6</sup> A Escola Normal do Maranhão localizava-se no espaço intitulado "centro da cidade" em São Luís do Maranhão.

<sup>7</sup> O primeiro Diretor da Escola Normal, depois da separação do Liceu foi o médico Almir Nina Parga. Foi secundado por Barbosa de Godóis, que dirigiu a instituição até 1914.

Sirvo da oportunidade para solicitar-vos igualmente que deis providências precisas, no sentido de ser feita a caiação do corredor que dá entrada às alumnas desta Escola, o qual está cheio de inscrições feitas pellos rapazes, de que fallo, que n'ele penetram, quando querem, para escrever na parede o que bem entendem.

Apesar dos cuidados, o contato entre a comunidade escolar, e a cidadina, fazia-se correntemente. Arremesso de laranjas em janelas, encontros em cantos e espaços “não recomendáveis”, inscrições em paredes e muros da escola, acabavam por construir um conjunto de códigos relacionais que vazavam as formas de controle impostas pela ordem, construindo outra inversa, que se mantinha nas entranhas da ordem legal.

Esta relação entre a escola e a rua e entre homens e mulheres que ocupavam estes espaços (a escola e seu entorno), podiam significar tanto aceitação quanto resistência, ou até mesmo hostilidades, em relação ao espaço escolar. Bencosta (2005, p. 76), ao analisar a localização dos liceus franceses, observa que a sua existência física escondia uma polêmica relacional, pois estavam “[...] divididos entre o desejo de ficarem afastados do tumulto da cidade e a necessidade de ter acesso fácil [...]”. Esta situação ambivalente culminava com a construção de “relações equívocas com a via pública”, que de alguma forma imiscuí-se no ambiente escolar.

A complexidade relacional se fazia presente dentro da escola, manifestando problemas de toda natureza; ficava-se doente, namorava-se, cometia-se indisciplina, expressava-se falta e recebia-se punição. O diretor Barbosa de Godóis, em despacho dirigido ao Governador do Estado (19 out. 1911) nos dá um exemplo desta diversidade

Cumprindo o nosso despacho, anexado na petição junta, que hontem me foi entregue, na qual o Dr. Luís Serra de Moraes Rego nos solicita o cancelamento da nota da suspensão que em julho d'este anno, impus a sua sobrinha Isolina Esperança de Moraes Rego que n'esses tempos freqüentava esta Escola, como alumna do 2º anno, cabendo-me dizer-vos o seguinte:

A dita menina que, aliás, tem quem a represente legalmente, sem ser o peticionário, visto ser filha legítima e conquanto orphan de pae, ter

ainda viva a sua progenitora que é quem sobre ella exerce o pátrio poder, em face do novo direito, tem aqui n'este instituto, desde que n'elle se matriculou, uma conducta que muitas vezes, pouco se conformasse com as exigências da ordem e da disciplina necessárias n'uma casa como esta.

O seu procedimento ia além, n'essas ocasiões, do que se costuma denominar de travessura, quando se trata de crianças e eu tive, por isso mais de um ensejo de aconselhal-a a que mudasse de proceder sem todavia em forma official, as advertências que eu então, lhe fazia. Dócil, no momento, às minhas palavras, facilmente as esquecia, dentro de pouco tempo, e freqüentemente era encontrada em outras faltas disciplinares.

Era isso, ao meu ver, uma questão de temperamento. Irrequieta por natureza, não se podia dominar por muito tempo e assim explico a sua conducta um tanto turbulenta. (DESPACHO..., 1911).

Tal situação aponta-nos para as formas de burla da norma legal, “problemas” como os da aluna Isolina, evidenciavam o estado de “tensão silenciosa” existente no universo escolar, demonstrando como as atitudes irrequietas – conforme descreve o diretor – consistiam, de forma prática, em meios de burlar, a vigilância e a ordem. Não podemos deixar de observar também, conforme o relato, um problema comum a outras instituições de ensino, qual seja, as interferências vindas de autoridades constituídas ou de personagens notórios que faziam pressão para favorecimentos pessoais de forma aberta e por vezes acintosa.

As disposições normativas, no decorrer da existência da Escola Normal, sempre buscavam o distanciamento físico e relacional das alunas com o mundo da rua, principalmente no período destinado às aulas

Tomada a resolução de serem postados alguns guardas civis na porta e esquina do edifício em que funciona esta Escola, como meio de cessarem os factos que motivaram essa medida, a referida menina, em contradição com os intuitos d'essa resolução e infringindo a disciplina do estabelecimento, entende de comunicar-se d'umas das janellas, com um moço que passava na rua e que já me recorde se era estudante do Lyceu ou empregado do comércio, e presenteal-o com uns objetos d'uma sua collega, que estavam sobre uma meza, não destarte à impugnação da dona dos mesmos objectos e os conselhos de suas

collegas que estavam na sala, a que pertencia a janella, para que desta se retirasse.

Esse facto, presenciado pelos guardas, como foi-me trasido ao conhecimento por um d'esses guardas que me indicou a janella onde se dera a ocorrência e os signaes da pessoa que assim procedera. (DESPACHO..., 1911).

Vigiar e punir, como forma de manter a ordem, não era recurso suficiente, como vemos, para evitar relações consideradas perigosas ao andamento de uma instituição que contava com uma maioria de mulheres teoricamente dóceis e recatadas. Mulheres que empregavam a dissimulação e a subversão, como forma de sobrevivência em um universo que as rotulava e, esperava delas, um comportamento específico. Estas questões são facilmente observadas nas palavras do diretor em seu relato ao governador; termos como inquietada, travessura, infração, demonstram a diferença entre o esperado e o existente no universo escolar feminino. A própria Isolina, quando interpelada pelo diretor, segundo o relatado no Despacho de 1911: “não nega o que o guarda civil afirmara, apenas procurou justificar-se allegando casualidade na queda dos objectos, sem nada a dizer, entretanto, sobre o mais”.

O diretor da Escola Normal era parte importante, na complexa engrenagem que regulava a vida escolar que não raro, extrapolava os muros da instituição. O bom ou o mau andamento das atividades que se desenvolviam no ambiente escolar, ou o bom ou o mau comportamento de uma aluna – praticante ou egressa – poderia vir a comprometer a imagem da instituição e, em alguns casos até mesmo do Estado. Cabiam ao diretor ponderações e justificativas perante o executivo estadual, com quem tinha trânsito livre, como observamos no relato a seguir

Deo-se isso no intervalo d'uma para outra seção das aulas e em ocasião eu estava na Escola Modelo.

Entendo que o facto dado merecia uma penna maior do que as de que até então me servia sem resultado, para com a sobrinha do peticionário. Impus-lhe, então a suspensão por dois dias, para não privar-a, com um tempo maior, de comparecer, com suas collegas às festas de 28 de julho.

Tive a intenção a princípio de consignar d'esta vez, em documento official a penna imposta. Refletindo, porém, passados os primeiros momentos, que isso teria de ser inscrito no seu assentamento e seria uma nota que a todo tempo, lhe poderia ser lançada no rosto, por ficar firmada n'um livro d'uma repartição pública, deixei de expedir a portaria, satisfazendo-me com o efeito moral produzido pela imposição da penna, tanto na alumna punida, como as outras normalistas. O meu fim era todo disciplinar e preenchendo-se dessa forma limitei-me a isso, uma vez que o Reg. da casa, não me impunha outro procedimento, no §4º do art.120 do seu título I. Não li, pois, nesta escola, a menção official da suspensão de que trata o peticionário.

É o que tenho a dizer-vos sobre a petição mencionada.

Saúdo-vos

O Diretor

Antônio Batista Barbosa de Godóis.

São Luís, 19 de outubro de 1911. (DESPACHO...,1911).

Os cuidados com a vigilância e as punições eram parte de um aparato educacional constantemente questionado pelas(os) alunas(os). Levando-se em conta a idade com que as(os) alunas(os) ingressavam na escola<sup>8</sup> fica evidente que esse comportamento era parte de um momento de amadurecimento, o que evidenciava a busca por independência, tanto no campo social, como no campo econômico. Este comportamento culminava, quase sempre com a postura em cheque, da ordem edificada (FREITAS, 2003). O relatório enviado pelo diretor ao governador, referente ao ano de 1912 demonstra-nos estas questões

Era de se esperar esse facto e eu d'elle tratei convosco em conferencia que solicitei e de que originara o plano que formulastes de ampliar o edificio d'esta Escola, de modo a poderem ter salas de funcionamento apropriadas às aulas de Desenho, Cartographia e Prendas Femininas, e haver um salão afastado, em que as alunas continuassem, no intervallo das aulas, em cada seção, recorrendo as suas lições.

Isto evitaria o sussurro que se sente nessas ocasiões, e que não deixa de perturbar as aulas, em que por necessidade didácticas, as lições prolonguem mais alguns instantes. (RELATÓRIO, 1912).

---

<sup>8</sup> O Regulamento da Escola Normal de 1905 determinava no Art. 22, item "a" que: os responsáveis ou candidatos deveriam apresentar prova legal de quatorze anos feitos, no ato da matrícula.

Percebe-se no exposto, a preocupação com o controle das falas. Tal questão remete à necessidade de manutenção disciplinar em todos os espaços da Escola. Observa-se que o “ajuntamento” funcionava como forma de possibilitar conversas, dos mais diversos matizes, daí a preocupação com o sussurro e com falas furtivas, pois ambas fugiam ao controle da legalidade. A conclusão do diretor dá-nos uma ideia da necessidade desse controle

Eu desejava silêncio, a ordem nas aulas e em todo o edifício e, si n’aquellas era elle mantido, sofreu interferências no avarandado da casa, único lugar que as alumnas podem estar, nesta escola, no intervalo das lições.

Repetidas vezes fui pessoalmente impor o silêncio, mas encontrava apenas pequenos grupos de alumnas que, saídas d’uma lição procurassem recordar as lições que iam dar d’hi a instantes. Era essa a causa do sussurro.

Compreendeis que eu não devia impedir-lhes essa leitura e limitava-me a aconselhar-lhes que lessem mais baixo, recomendação quase inútil, porque o sussurro progredia, não do tom da voz em que lião, mas do número dos grupos e das condições acústicas do prédio. (RELATÓRIO, 1912).

Ao que parece, o sussurro não dizia respeito apenas aos estudos, porém, de certo, existiam dificuldades de outras ordens que afetavam a escola e que tomavam extensão por conta da tensão imanente, desencadeada pela necessidade de controle das relações entre homens e mulheres no interior da escola. Portanto, havia necessidade de alocar separadamente homens e mulheres, mantendo, dessa forma, a devida distância entre ambos. O Ofício da Escola Normal, n.º 75 de 21 de maio de 1913, enviado por Barbosa de Godóis ao governador, demonstra esta preocupação

Em additamento ao ofício que vos redigi, sob o n.º 71, de 19 do mez corrente, transmitindo-se a relação dos professores e a nota da frequência média dos alumnos d’este instituto, comunico-vos que o 1º anno do curso d’este estabelecimento conta com 30 rapazes, o 2º anno com 5 e o terceiro com 1. Como vedes, a menos de 36 alumnos presentemente n’este instituto e comprehende-se que esse facto exige uma vigillância especial, que não pode ser feita com efficácia

somente pelas funcionárias encarregadas d'esse mister. Pequeno, como é, o compartimento em que os rapazes permanecem, antes e depois das aulas, dá lugar a que, em virtude da aglomeração, em que se achão, surjam, entre elles, actos que, com quanto não possam ser qualificados rigorosamente de indisciplina, convém e não deixam de perturbar o trabalho do estabelecimento. É preciso, além disso, uma fiscalização constante na interdição da passagem dos rapazes para a parte do edificio destinado às meninas e, sem alguém, a quem todos elles acatem, no desempenho d'aquella função corre-se o risco de ter-se a disciplina da casa pouco alterada. (OFÍCIO..., 1913).

A interdição e o controle eram, pois, importante instrumentos na definição do espaço social que cabiam aos homens e às mulheres no intercâmbio relacional. Apartá-los seria a forma mais coerente, na ordem vigente, de aplicar princípios que condissessem com o que era pedagogicamente pensado e esperado das(os) normalistas.

### **3 Atividades e mobilizações estudantis**

A instrução parecia conceder às mulheres uma circulação mais segura. Na escola, com toda a carga regulatória, construíam nas relações cotidianas, códigos demonstradores da vontade de se fazer perceber e de se informarem. As alunas da Escola Normal tomavam iniciativas engajadas. O que era observado por todos como atitudes menores tomavam, no âmbito da escola, um sentido político importante, embora não seguindo as diretrizes tradicionais da chamada "política local". Um bom exemplo destas atitudes pode ser observado no abaixo assinado (19 mai. 1911) para colocar um retrato do ex-senador da República Benedito Leite no salão de honra da escola<sup>9</sup>

Exm<sup>o</sup>. Senr. Dr. Luiz Antônio Domingues da Silva, D. Governador do Estado.

Os abaixo assignados, alumnos deste anno da Escola Normal, solidários

<sup>9</sup> Benedito Leite (1857-1909) enquanto chefe político local teve importante papel na sobrevivência da Escola Normal e sempre esteve atento a algumas de suas necessidades, como é o caso da reforma do prédio no início do século XX. O abaixo assinado em questão fora assinado por 153 alunas e somente 2 alunos

com os seus colegas de 1909, no pensamento de ser instalado, no salão de honra da mesma Escola, o retrato do pranteado Dr. Benedicto Leite, a cujos enfatigáveis esforços pela propagação do ensino moderno no Estado, é devido tanto a reforma do mesmo estabelecimento como a criação da Escola Modelo que traz o seu nome, vêm, fazendo seu pedido que naquelle sentido foi dirigido ao governo, dias depois da morte d'aquelle maranhense illustre, solicitar a V. Ex<sup>a</sup>. que mande preparar a óleo, por conta do Estado, o retrato desse nosso benemérito conterrâneo, para ser colocado no referido instituto, como respeitosa homenagem à grande dedicação que elle sagrou à causa nobre do ensino público da sua terra. (ABAIXO ASSINADO..., 1911).

Esta atitude, se tomada no contexto, ganhava grande notoriedade, pois, além de reificar a figura de Benedito Leite como “patrono” da educação pública estadual, desenrolava-se em um momento de transição dos grupos políticos locais. Outras iniciativas incorporaram-se à prática estudantil e identitária das normalistas, como no caso da colação de grau, ou melhor, do ritual que envolvia a solenidade. Foram as alunas que se articularam no sentido de dotar a Escola dessa cerimônia

Exm<sup>o</sup> Dr. Governador do Estado.

Realizando-se em diferentes institutos congêneres a este a solemnidade da collação de grau, por meio da opposição d'um barrete ou borla, no diplomando, e desejando as alumnas d'este estabelecimento que o mesmo aqui se succeda, por ocasião de lhes ser entregue o diploma, solicito-vos a precisa auctorisação, para poder aquiecer ao pedido que n'aquelle sentido é feito.

O Diretor

Antonio Baptista Barbosa de Godóis. (OFÍCIO..., 1913).

Estas atitudes não apenas demonstravam a consciência do valor do grau obtido, como também, demonstravam o intercâmbio com outros cursos normais existentes no país, comprovando a aquisição de informações não restritas à territorialidade do Estado. Estas mulheres liam e intercambiavam informações que foram importantes para a definição da sua ação profissional.

Ostentar uma farda foi também parte dessas mobilizações que marcaram a ação das normalistas no interior da escola. A ideia, segundo Ofício nº. 96, era garantir-lhes distinção, identificando-as

com a instituição. Esta distinção fazia parte de um conjunto de símbolos que tinha como objetivo principal projetar o **ser normalista** em um dado meio social, construindo princípios de diferenciação e espaçamento fundamentais para a existência deste novo sujeito. Essas estratégias de distinção que “[...] significavam a arte, infinitamente variada, de marcar distâncias [...]” (BOURDIEU, 2007, p. 65) e ratificavam a sua movimentação no sentido de possibilitar uma maior visibilidade no espaço de convivência. A iniciativa foi posta em prática através da petição assinada por 61 alunas, no ano de 1913

Exmº Sr. Diretor.

As abaixo assignadas, por si e helas, demais alumnas desta Escola, pedem a V. Exm.ª que solicite do Exm.º Dr. Governador do Estado a aprovação da descripção inclusa de um traje especial que sirva de distintivo às normalistas, nas solemnidades escolares, contemplando-se entre estas, a sua estada nas aulas.

Desejando, ao mesmo tempo, resguardar possíveis difficuldades occasionaes, pedem, outrossim, que seja dado caráter facultativo ao referido distintivo. (OFÍCIO..., 1913).

Partiu também das alunas a escolha do referido traje, seguindo o mesmo modelo de outros Estados do país, conforme o anexo da petição de 1913

Descripção do traje distintivo das alumnas da Escola Normal:

Saia azul marinho, blusa branca, de mangas compridas, gravata azul, trazendo bordados a branco, sobre uma das pontas, um livro com uma penna atravessada. (OFÍCIO..., 1913).

O detalhamento do traje cumpria a princípio dois papéis, além do fetiche que envolveu a imagem da normalista: projetava no imaginário popular sua figura simbólica “vestida de azul e branco” e seguindo a lógica imposta pela nova ideia de Estado Nação, uniformizava concretamente uma categoria fundamental para a reprodução dos padrões de civilidade e convivência modernos. A cor azul evidenciava a sobriedade, a branca a limpidez e higiene e a gravata - que no início do século XX, além de sinônimo da roupa masculina foi adotada por sufragistas como símbolo de contestação e

por trabalhadores de escritório como elemento identitário - traduzia talvez ousadia ou a ideia de pertencimento a um novo universo de trabalho<sup>10</sup>.

O pedido do uniforme foi posto sob aprovação do governador pelas mãos do diretor Barbosa de Godóis, através do mesmo Ofício n.º 97 de 24 de setembro de 1913

Submeto a vossa aprovação a representação inclusa que me foi apresentada pelas alumnas d'este estabelecimento, acompanhado d'uma descrição do traje que ellas desejão ter como distinctivo e que a mesma representação se refere

Conquanto o corpo discente d'esta Escola se componha de representantes dos dois sexos, parece-me não haver inconveniente em ser permitido o distinctivo solicitado, tanto por constituírem as alumnas a grande maioria do mesmo corpo discente, como porque os alumnos nada pediram, relativamente a este assumpto. (OFÍCIO..., 1913).

A solicitação foi acatada pelo Governador e a farda passou a ser um elemento de identificação desse sujeito.

Mesmo com a desativação da Escola Normal em 1914, não foram finalizadas mobilizações e reivindicações por parte de suas(seus) alunas(os), indicando que a identidade "ser normalista" ia para além da existência do espaço específico da escola. Um abaixo assinado<sup>11</sup>, datado de 29 de julho de 1914, endereçado ao Secretário do Interior<sup>12</sup>, traduz parte dessa auto-imagem que vai se constituindo no mundo relacional da(o) normalista, na defesa de referenciais que eram vistos por elas(es) como legítimos

<sup>10</sup> Nas fotos de alunas da Escola de 1929 aparece o decote em "V". Não foi possível saber se essa primeira versão da farda já trazia esse decote, surgido contemporaneamente em 1913 e que à época, foi considerado indecente. Sobre esse assunto ver: LAYER, James. A roupa e a moda: história concisa. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

<sup>11</sup> Sobre as(o) alunas(os) que assinaram este documento: Hemetério Leitão era pensionista da Escola Normal e diplomou-se em 1914. Gostava de escrever poesias que eram publicadas em jornais da capital e do interior. Exerceu o cargo de diretor no externato da cidade de Caxias. Noemi de Souza participou da Sociedade Literária "Barão do Rio Branco". Lina Mello colou grau em 1914 e formou-se também na Escola de Música em 1911. Quanto a Maria Castro as informações disponíveis só nos apontam que no ano de 1917 ainda estava no 4º ano do curso normal.

<sup>12</sup> Durante o período em questão a instrução pública foi anexada à Secretaria do Interior.

Os abaixo assignados alumnos da extincta Escola Normal e presentemente do curso profissional do Liceu Maranhense, vem pedir a V. Ex<sup>a</sup> que seja deferido aos alumnos d'esse curso, por occasião de completal-o, o grão de professor normalista e manterem o direito de usarem o distinctivo de que tracta o artº 82, do título 5 do regimento de 27 de junho de 1905.

A suspensão da Escola Normal foi motivada por uma questão de economia. O Congresso Legislativo não hostilizava, e nem podia hostilizar o preparo dos professores para as nossas escolas públicas, e a prova se vê na lei nº 666 de 28 de abril deste anno, que estabeleceu no seu artº 8º e seus §§ um curso especial destinado a formar professores primários. Dado este fim, o curso é por sua natureza, normal, qualificativo consagrado aos institutos e cursos que tem esse intuito.

Nesta conformidade esperam os supp.<sup>es</sup> que V. Ex<sup>a</sup> lhe defira o que com toda justiça pedem para si e seus companheiros de estudos profissionaes.

Maranhão 29 de julho de 1914

Hemetério de Araújo Leitão (5º anno)

Noemi Quaquoreni de Souza

Maria Castro

Lina dos Santos Mello (ABAIXO ASSINADO..., 1914).

A importância destas alunas e desse aluno reside no fato de garantirem a sobrevivência do status profissional das(os) normalistas, a partir dos requisitos que impediram a manutenção da Escola Normal. A reivindicação era, como já foi citado, a expressão da vontade de manutenção de uma identidade, acompanhada de seus rituais e habitus de convivência, tais como o título de normalista – importante adjetivação desses sujeitos – e o distinctivo presente na figura do uniforme e dos adereços que ajudavam a construir a figura da(o) professora(o) normalista, como aponta o regulamento da Escola Normal (1905) no art. 82: “fica adoptado para distinctivo do Professor Normalista e professores da Escola Normal um anel cuja pedra será a – malachita, cravado em ouro, tendo burilado nos lados um livro e uma penna, não sendo porém, seu uso obrigatório”.

Cabe salientar que normalistas utilizaram-se da norma e da legalidade nessas reivindicações que, nem sempre, combinava com a ordem estabelecida. A iniciativa dessas alunas e aluno garantiu a continuidade do curso normal, mesmo após a transferência para

o Liceu Maranhense. A manutenção do uniforme, da simbologia, dos adereços e do papel desempenhado pelo profissional formado pelo agora curso profissional do Liceu, deixava claro a visibilidade que estas(es) professoras(es) tinham angariado no contexto local. Tornava-se impraticável desconsiderar a necessidade dessas(es) professoras(es). O parecer dado pelo Sr. Raul Machado, Secretário do Interior, é ilustrativo em relação a essa situação

O título de normalista deve ser conferido a professor formado na Escola Normal. Pode-se estender essa designação a todo professor que houver seguido um curso profissional em estabelecimento do estado. À primeira vista, pode parecer injustificável que se conceda o título de professor normalista a um aluno que recebe seu diploma no Liceu Maranhense, em que alumnos da extinta Escola Normal, apenas foram nesse estabelecimento concluir o estudo de duas únicas disciplinas, que lhes faltavam, como também a que essa conclusão está sendo feita no curso especial, de que trata o art.º 8º da Lei nº 666 de 28 de abril de 1914, destinado a formar professores primários, penso que deve ser deferido o presente requerimento, podendo, sem inconveniente algum, ser permitido aos requerentes, que obtiverem o diploma, o uso do distintivo, de que cogita o art.º 82 do Reg. da Escola Normal, mesmo porque este artigo não contém disposição adversa à citada Lei nº 666 de 28 de abril do corrente anno, que somente revogou daquelle regulamento as disposições que lhe foram contrárias.

Tratando-se, porém, de assumpto que por sua natureza deve ser decidido exclusivamente pelo Governador, remetta-se, na conformidade do art.º 6.º §3.º, de regulamento dessa secretaria, a presente petição, devidamente informada como está, ao Exm.º Governador para os fins de direito. (DOCUMENTOS..., 1914).

A profissionalização foi mantida e o status dado às pessoas formadas pela extinta Escola Normal ficou então, a cargo do Liceu Maranhense. Um novo momento na formação de profissionais ligados à educação iniciou-se com a entrada em cena de um novo espaço educacional, porém a Escola Normal tinha cumprido o seu papel e o seu legado mais concreto, as normalistas, difundiam-se pelo Estado.

Além das iniciativas coletivas, outras de cunho individual demarcavam diferenças que se processavam nas ações desses sujeitos munidas de escolarização. Com o intuito de garantir a

permanência na instituição, ameaçada muitas vezes pelas dificuldades de acompanhamento de conteúdos, doenças, problemas familiares, carências financeiras, utilizavam-se das possibilidades regimentais, desenvolvendo habilidades que lhes serão fundamentais no trato das questões públicas, quando do exercício profissional.

Pedidos de exames de segunda época, de matrículas fora do prazo e de pensões, eram corriqueiros no cotidiano da Escola Normal. Com relação ao último item, cabe destacar que traduziam, em muito, a vontade de alunas(os) ingressarem ou se manterem na instituição, a despeito de todas as dificuldades com as quais se deparavam.

As dificuldades de homens se manterem nas cidades, longe da casa dos pais, em busca de instrução ou qualquer outro tipo de sobrevivência, foi comumente descrita nos romances. No entanto, sobre as mulheres pouco sabemos. Há um silêncio sobre isso. Mas, de certo, também tiveram que enfrentar infortúnios de pequeno ou grande monta e instrumentalizaram-se de meios para garantir a sua instrução, como indica-nos o Despacho n.º 43 de 26 de abril de 1904 da petição de Laura Guterres<sup>13</sup>, enviada pelo Diretor da Escola Normal ao Governador do Estado

Informando a petição junta, em que a alumna do 2.º anno e ouvinte do 3.º do curso d' esta Escola D. Laura Guterres de Sousa, pede para ser considerada pensionista do Estado, por ter a sua família mudado de residência para Alcântara e ella não possuir meios de fortuna para se poder manter n' esta cidade, sem aquelle auxilio que o Estado proporciona às pessoas pobres rezidentes no interior que se desejão habilitar n' este instituto para a carreira do professorado. Cabe-me dizer-vos que a peticionaria com os documentos que exhibe, mostra estar nas condições exigidas para o benefício que solicita e não se achar completo o número de alumnos pensionistas que no anno corrente pode ter esta Escola. (DESPACHO, 1904).

Vontade e necessidade norteavam essas decisões e iam configurando uma ordem, que em princípio, não era a pensada

---

<sup>13</sup> Laura Guterres de Sousa seguiu os seus estudos como pensionista. Concluiu o curso normal em 1906. Foi professora em Rosário (1917) e depois em Alcântara (1919), até aonde conseguimos acompanhá-la.

para mulheres de “boas famílias”. Quando não dispunham dos pais para a continuidade dos estudos, o recurso era a casa de parentes, padrinhos, conhecidos. Como seria essa convivência? Com o passar do tempo, outros meios de moradia foram sendo postos em prática, revelando que a necessidade e vontade de buscar instrução, distante do domicílio dos pais foi vencendo embargos. A possibilidade de habitar em pensões familiares se abre, mais tarde, para muitas mulheres que queriam prosseguir nos estudos, como relata “Ônix” (27.2.2008): “a maioria das meninas morava aqui (São Luís), mas já tinha morado no interior como eu. Elas moravam em pensionatos. Eu tinha muitas colegas de Viana, Colinas que moravam nos pensionatos que ficavam na Rua da Alegria”.

Frequentar a Escola Normal demandava condições mínimas de manutenção, o que transformava o acesso à mesma em um privilégio. Havia a necessidade de manter-se, o que não era facultado às pessoas muito pobres-mesmo com o recurso das pensões<sup>14</sup> - conforme podemos observar no depoimento de “Esmeralda”

Foi um comentário geral que papai tava botando as filhas para estudarem na capital, porque poucos tinham condições de sair, tinha desemprego, e quando papai nos botou para estudar foi um comentário muito grande, no sentido assim de riqueza, achando que nós éramos ricos. Não tinha riqueza, só tinha boa vontade em deixar para os filhos uma herança que era o estudo. Papai não entendia bem, mas mamãe era muito inteligente. (ESMERALDA, 2008).

Entrar para a Escola já era um distintivo, a começar pelo meio familiar que geralmente era o principal incentivador desse intento, principalmente quando se tratava de mulheres. Logo o ato de tornar-se professora normalista não era algo corriqueiro. Segundo “Pérola”, enfatizando a distinção dessa formação. (4.12.2007), “[...] bastavam ser normalistas para ter pose”. Ou seja, através de estratégias familiares e da lógica da instituição escolar, se efetivava um ato de ordenação, garantindo uma diferenciação em relação às portadoras desse título (BOURDIEU, 2003).

<sup>14</sup> A categoria pensionista foi criada em 1899 e mantida até 1914 quando o Decreto n.º 217 de 27.3.1914 estabeleceu: “Art. 1.º - Ficam suspensas, de 1 de abril próximo em diante, todas as pensões actualmente concedidas aos alunos da Escola Normal”.

Apesar do privilégio de que dispunham, por viverem em um meio onde a instrução era prerrogativa de poucas(os), normalistas não estavam isentas de dificuldades, principalmente quando tinham que se deslocar entre grandes distâncias para conseguirem dar continuidade aos estudos. Isso envolvia a necessidade de manutenção distante da casa dos pais. Isso podia ser mais ou menos difícil, dependendo das condições monetárias, tanto da(do) estudante, quanto da família que as(os) recebia, como nos relatou “Pérola” (5.12.2007), que deslocou-se da cidade de Codó para estudar na Escola Normal de São Luís: “estudava em casa de família. Ele era tipógrafo da Pacotilha e ela era dona de casa. As despesas, papai pagava e ainda mandava as coisas do interior”.

Sobre as condições de deslocamentos que estavam sujeitas pessoas que vinham de outras cidades do Estado, para estudarem em São Luís, os relatos são de dificuldades, como observou “Esmeralda” (23.2.2008): “daqui (Humberto de Campos), pra lá (São Luís) à vela (barco) eram três dias. Na época do verão, era melhor, a gente saía cedo e à tarde já estava em Ribamar, mas de lá para cá era muito demorado, três, quatro, cinco dias”.

As mulheres, assim como os homens, enfrentavam dificuldades no prosseguimento dos estudos e criavam entre as adversidades, possibilidades na busca por instrução. Transformavam o espaço relacional em um lugar praticado e criativo (CERTEAU, 2002) com condutas e resultados diversos, e não algo definido ou absolutamente determinado pelos desígnios discursivos. Embora, ao adquirirem o título de normalista, estivessem sujeitas a referenciais regulatórios, encaminhavam-se para uma nova condição aonde a mulher, viria, através da instrução e do trabalho a ter a capacidade de sobreviver, ser distinta e aceita, recebendo uma consagração que as fazia detentoras da competência social de ensinar (BOURDIEU, 2003).

Distinções devido ao uniforme, convívios entre colegas homens ou mulheres, diferenciações de condições familiares, econômicas e domiciliares, marcavam esse universo multifacetado. Para concluir essas vivências, contava-se com o ato solene de colação de grau, que à época parecia ser cercada de glamour.

As mais distintas proferiam os discursos, diante das autoridades que se faziam presentes na solenidade. A divulgação da cerimônia por parte de diferentes jornais da cidade e a homenagem desses periódicos às novas professoras marcava esse momento de passagem. O relato da colação de grau da turma de 1911, registrado por “A Pacotilha” (1911), é demonstrativo dessa situação

A sessão solene da congregação dos professores da Escola Normal, teve lugar às duas horas da tarde.

Já a essa hora estava o estabelecimento dessa caza de instrução secundária, cheia de famílias e cavalheiros da nossa sociedade.

Todos os salões estavam repletos de pessoas gradas.

O Sr. Dr. Luiz Domingues, Governador do Estado, acompanhado dos seus secretários civil e militar, chegou quase 2 horas.

Momentos depois teve logar a abertura da sessão.

O Sr. Dr. Barboza de Godóis, diretor do estabelecimento, tendo a sua direita o chefe do Estado e a esquerda o Sr. Antonio Lobo, Inspector Geral da Instrução Pública, declarou aberta a sessão, que tinha por fim conferir os diplomas de professora normalista às alunas que recentemente haviam terminado o curso na Escola Normal [...]. (PACOTILHA, 1911, p. 1).

Em solenidades de diferentes anos, o cerimonial seguiu quase sempre esse encaminhamento, exceção feita, de acordo com o que nos sugerem os documentos, ao final do ano de 1914, quando a Escola Normal foi desativada.

O recebimento do diploma implicava a denominação “professora normalista”, podendo significar para algumas, o destaque na primeira página de um jornal como o exemplo que segue<sup>16</sup>

Diplomou-se a 30 do passado, a senhorita Anita Rocha da Silva, professora normalista e dilecta filha do nosso redactor chefe Angelo Rocha da Silva, que por esse motivo foi alvo de significativas manifestações.[...]. Evolução envia-lhe os seus saudaes. (EVOLUÇÃO, 1929, p. 1).

Colar grau em um curso normal revestia-se de importância, principalmente quando o diploma vinha acrescido da distinção

---

<sup>16</sup> A foto de Anita Rocha encimava a nota.

“laureada<sup>17</sup>”. Essa elevação de mérito decorria da obtenção de notas máximas, na maioria das disciplinas, no decorrer do curso e acompanhava a vida profissional da professora, como uma marca diferenciadora. “[...] Instituiu uma diferença social que marcava” (BOURDIEU, 2003, p. 38) a normalista por toda a vida, pois, o diploma acusava esse privilégio, bem como a assinatura, que passava a ter a prerrogativa “professora normalista laureada”. O retrato da homenageada era afixado no salão de honra da Escola em cerimônia pública, como evidencia o jornal “Diário do Maranhão” (1911)

Hoje às 9 horas da manhã, teve lugar a inauguração dos retratos das professoras normalistas laureadas d. d. Firmina Sobreira e Maria do Carmo Teixeira, no salão de honra deste estabelecimento escolar. O acto foi bastante concorrido, notando-se a presença de distintas famílias [...]. (DIÁRIO DO MARANHÃO, 1911, p. 1).

A honraria tornava-se mais importante pelo fato de esses retratos serem produzidos fora do país, como nos assinala o Ofício n.º 54 de 21 de fevereiro de 1911 do diretor da Escola Normal ao Governador do Estado: “tendo chegado dos Estados Unidos o retrato a crayon das normalistas laureadas, Firmina do Amaral Sobreira e Maria do Carmo das Neves Teixeira, mandado encomendar por ordem vossa [...]”.

Além de por em relevo as professoras laureadas, em torno dessa solenidade, vislumbramos subversões estudantis, como a polêmica que tomou corpo na imprensa local, entre a concludente Rosa Castro, agraciada com o laurel, por conta do seu desempenho no curso normal, o Diretor Barbosa de Godóis e o Governador do Estado Luis Domingues. O estopim da polêmica foi um expediente dirigido por Rosa Castro ao diretor da Escola Normal que acabou sendo divulgado na imprensa<sup>18</sup>. O jornal “Correio da Tarde” (1910) foi um dos periódicos que divulgaram o seu teor

<sup>17</sup> Esse distintivo foi autorizado pela primeira vez pelo governador Luiz A. Domingues da Silva em 19 de outubro de 1910. Ainda sobre o laureamento não encontramos, na documentação analisada, nenhum homem que tenha recebido esse título.

<sup>18</sup> O assunto foi tratado nos Jornais “A Pacotilha”, “Correio da Tarde” e “Diário Oficial do Maranhão”.

Aproximando-se o dia 10 do corrente, quando por determinação vossa, terá lugar a collação de grão de professora normalista às alumnas que, ultimamente, concluíram os seus estudos nessa Escola, em cujo número me encontro, cumpro o dever de vos apresentar os meos protestos de sincero reconhecimento, não só pela nímia generosidade de que me cumulaste, durante o curso, mais ainda pela despreendida solicitude com que obtivestes do Exm. Sr. Governador a classificação "laureado" para todos os normalistas nas condições em que eu me encontro.

Ao levar-me, porém, estas minhas seguranças de profunda gratidão, permiti que mais uma vez, e agora por escripto, me manifeste contrária, no que me diz respeito, à colocação de retrato no salão nobre desse estabelecimento, como também sugeristes ao benemérito Chefe de Estado.

Inteiramente solidária com as minhas collegas de classe e dissentindo as vantagens de uma distincção, no meu parecer inmerecido, e que dellas como que de algum modo me iria afastar, tenho imenso prazer em voz tornar de vez sciente da resolução em que estou, de não usar da faculdade conferida pelo governo, quanto à predita colocação do meu retrato no salão de honra dessa Escola.

Se de melhor êxito foram coroados os meus estudos na Escola Normal, nem por isso entendo de pouca valia os esforços das demais companheiras, que, ao meu lado, trabalharam, entregues, como eu, aos seus próprios recursos, e feliz me sentirei entre ellas, sem distincção alguma, todas conjugadas num só propósito – o de honrar a profissão que escolhemos [...]. (CORREIO DA TARDE, 1910, p. 1).

A atitude de Rosa Castro gerou outros documentos assinados pelo diretor da Escola Normal e pelo Governador do Estado, que se posicionaram publicamente, convocando-a a aceitar a homenagem. "É fato que diante dos apelos com essas demonstrações de poder e da importância política pedagógica (se bem mais que política que pedagógica) de que se revestia esse ato, Rosa Castro teve que ceder" (MOTTA, 2003, p. 40) ao recebimento do título, durante a colação de grau. O laureamento perdurou até depois da transferência do curso normal para o Liceu Maranhense.

#### **4 Conclusão**

Os discursos dominantes indicam que a educação feminina, quando defendida, era vista como necessária para um melhor arranjo matrimonial, o bom ordenamento do lar e acompanhamento dos

filhos. No entanto a mulher, apesar de não romper de forma absoluta com esses ditames, avançou. Primeiro ultrapassou o limite do ensino doméstico, feito por preceptor(a), dirigiu-se à escola. Inicialmente uma escola primária só para meninas; depois, em uma escola mista. Continuou os estudos, através do meio de que dispunha: o curso normal. Agora obtinha uma ferramenta importante e o status de pertencer a uma instituição de ensino que lhes garantia a distinção de normalista. Estudava disciplinas comuns também aos homens, sem descuidar daquelas que davam o perfil de uma educação adequada para preparar bem uma mulher: as Prendas Femininas. Com a Língua Estrangeira e Literatura podia ler romances de outras culturas, de homens e mulheres com outras experiências e ideias. A tentativa de controle sobre o que uma mulher devia ler revela o medo que a instrução feminina “mal encaminhada” causava. Acrescendo as possibilidades de conhecimento, a mulher tinha ainda um contato sistemático com a Geografia conhecendo a respeito de outros países e culturas. Música, História, Matemática, Física e Química redimensionavam o olhar na decodificação da sua realidade. Embutidos em todas essas informações, preceitos filosóficos que constituíam arranjos próprios na mente e na conduta de cada uma.

Ao desenvolvermos um estudo sobre mulheres que tiveram acesso à instrução formal via Escola Normal, deparamo-nos com vidas que não ficaram constringidas ao mundo institucionalizado pelos discursos competentes. A vida de cada uma, embora marcada por referenciais de formação comum, deixou uma impressão particular. Através de condutas e ideias respondia também, de acordo com as aprendizagens recebidas de outros centros de referência, como a família, processando por conta disso, um cotidiano singular e criativo. Foram sujeitos de uma história ajudando a modelar o perfil feminino contemporâneo ocidental.

## Referências

ABAIXO assinados de alunas de 1911, 1913 e 1914.

A PACOTILHA, São Luís, 13 mar. 1911.

BENCOSTTA, Marcus Levy (Org.). **A história da educação, arquitetura e espaço escolar**. São Paulo: Cortez, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

\_\_\_\_\_. **Razões práticas**: sobre a teoria da educação. Campinas, SP: Papyrus, 2003.

\_\_\_\_\_. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1- artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

CORRESPONDÊNCIA da Escola Normal com o Governador do Estado 1900 a 1914.

CORREIO DA TARDE, São Luís, 8 nov. 1910.

DESPACHOS do Diretor da Escola Normal ao Governador do Estado – 1911 (não foi possível identificar o processo).

DIÁRIO DO MARANHÃO, São Luís, 17 abr. 1911.

DOCUMENTOS da Escola Normal (manuscritos da sessão de avulsos do APEM).

FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. **Vestidas de azul e branco**: um estudo sobre as representações de ex-normalistas (1920-1950). São Cristóvão: Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação/NPGED, 2003.

OFÍCIOS da Escola Normal do Maranhão ao Governador do Estado do Maranhão de 1900 a 1914.

MOTTA, Diomar das Graças. **Mulheres professoras na política educacional no Maranhão**. São Luís: UFMA, 2003.

PETIÇÕES de professores e alunos de 1914 a 1925.

PORTARIAS da Escola Normal ao Governador do Estado do Maranhão de 1900 a 1914.

RELATÓRIOS do Diretor da Escola Normal ao Governador do Estado – 1908 e 1912.